

A LIBERDADE E A AUTONOMIA NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA MORAL EM KANT

Bruno Richard Inácio¹

Resumo

Todos os seres humanos possuem uma consciência moral, conhecida também como identidade humana, esta não se resume, diretamente, apenas à liberdade tampouco ao esclarecimento. A partir da leitura da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785) escrita por Immanuel Kant, no presente artigo, reflete-se sobre a maneira como a formação da identidade do ser humano pode ser entendida através das ideias do filósofo alemão. Para uma melhor compreensão de como deve ser entendida a consciência moral em Kant, foram apresentados os conceitos de liberdade, de autonomia e dos imperativos hipotéticos e do imperativo categórico; posteriormente, analisou-se a importância desses conceitos na formação da consciência moral.

Palavras-Chave: Liberdade. Autonomia. Imperativos Hipotéticos. Imperativo Categórico. Consciência Moral.

Introdução

A formação da identidade humana perpassa várias áreas distintas do conhecimento. É frequente a necessidade de se pensar e tentar entender a forma como a identidade das pessoas é construída. Ao longo da história, a filosofia refletiu sobre a seguinte pergunta antropológica: O que é o homem? Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão, insere-se neste contexto ao criar uma autorreflexão sobre o homem, propondo um caminho que vai da liberdade à consciência moral.

Para o filósofo alemão, a formação do homem se faz presente desde o seu nascimento. Todavia, a formação da consciência moral, entendida a partir de seus escritos, só é possível no momento em que o ser humano compreende a liberdade que o permite ou não sair do seu estado de menoridade e, conseqüentemente, alcance seu estado de maioridade.

Pensar como a formação da identidade humana, ou nas palavras kantianas, como a formação da consciência moral ocorre é extremamente importante para compreender a concepção de homem. Dessa forma, torna-se imprescindível buscar referências teóricas que possam suscitar reflexões sobre a moralidade na construção da

¹ INÁCIO, Bruno Richard. Salesiano de Dom Bosco, graduado em Licenciatura plena em Filosofia, pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Campus São Joaquim, Lorena. E-mail: bruno_richard_inacio@yahoo.com.br

identidade humana. Parte desse contexto a relevância de se aprofundar quanto à filosofia de Kant que, embora datada no século XVIII, influencia a concepção do mundo contemporâneo.

O presente artigo tem por objetivo apresentar o desenvolvimento da filosofia de Kant no que concerne à formação da identidade humana, buscando compreender o papel da liberdade e da autonomia à moralidade para que o homem alcance o estado de maioridade. Para melhor compreender e atingir tal objetivo buscou-se como referência bibliográfica o livro *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785). Dessa maneira, foi trabalhado no primeiro item o conceito de liberdade e as influências que esta recebe diante da vontade do homem. O segundo item abordou a importância da autonomia na escolha do sujeito e por fim, no terceiro item, foi discutida a importância da liberdade, da autonomia, dos imperativos hipotéticos e do imperativo categórico na formação da consciência moral.

1 O conceito de liberdade em Kant

Para Immanuel Kant, a liberdade está ligada a uma causalidade que envolve a vontade. Esta depende de uma predisposição ou inclinação do homem, pois a vontade em si é neutra. Desta forma, assim esclarece Kant:

A vontade é uma espécie de causalidade dos seres vivos, enquanto racionais, e liberdade seria a propriedade desta causalidade, pela qual ela pode ser eficiente, independentemente de suas causas estranhas que a determinem; assim como a necessidade natural é a propriedade da causalidade de todos os seres irracionais de serem determinados à atividade pela influência de causas estranhas. (KANT, 1997, p. 93, grifo do autor).

A partir do conceito supracitado, Kant pretende demonstrar que o conceito de liberdade² perpassa o mundo sensível e se diferencia da causalidade de todos os seres irracionais, ou seja, vai além dos sentidos. A liberdade em si não consiste meramente

² A liberdade é um conceito essencial na filosofia de Kant, presente em suas seções teóricas e práticas. Tem suas seções teóricas e práticas. Tem duas qualidades significativas e afins, as quais foram descritas pela primeira vez na moderna concepção de liberdade desenvolvida inicialmente por Maquiavel: a liberdade envolve independência de qualquer forma de dependência – liberdade *de* – e o poder do sujeito de legislar para si – liberdade *para*. Realizar o equilíbrio correto desses dois aspectos da liberdade é o objetivo implícito da filosofia crítica, como é evidente na filosofia teórica de *Crítica da Razão Pura* e a filosofia prática da *Crítica da Razão Prática*, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* e *Metafísica dos Costumes*. Na primeira, a liberdade apresenta-se como espontaneidade, na medida em que é oposta à receptividade; na segunda, como autonomia em contraste com a heteronomia. (CAYGILL, 2000, p. 216).

em fazer aquilo que o sujeito deseja, porque ela vai delimitar o que o homem pode ou não pode fazer, afinal, toda ação tem uma causalidade. Diante disso, tem-se dois pontos que se destacam frente à vontade e que explicam a neutralidade que esta possui.

O primeiro, refere-se aos sentidos, envolvendo a faculdade da razão prática, na qual o indivíduo concebe o meio e o fim como máximas semelhantes, isto é, o fim está ligado, diretamente, aos sentidos. O segundo, diz respeito à faculdade da razão pura, nesta o sujeito entende que o meio e o fim são coisas distintas que se complementam, sendo o fim a própria razão.

Sobre a importância da vontade para o entendimento da liberdade, Kant apresenta na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, o conceito de boa vontade, que envolve a capacidade cognitiva do homem de compreender a vontade voltada para o querer. Nesse sentido, Kant assegura:

A boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão-somente pelo querer, isto é em si mesma, e, considerada em si mesma, deve ser avaliada em um grau muito mais alto do que tudo o que por seu intermédio possa ser alcançado em proveito de qualquer inclinação, ou mesmo, se se quiser, da soma de todas as inclinações. (KANT, 1997, p. 23).

Dessa forma, a vontade que possui uma neutralidade diante da ação do ser humano deve ser transformada através da capacidade racional em boa vontade. O sentido de liberdade está ligado ao querer do homem, porque é a capacidade de querer que o diferencia de conferir-se a lei através da razão. Assim, a boa vontade torna-se o princípio do querer, dado que o conceito de dever contém em si o de boa vontade.

Para Kant, somente um ser racional tem a capacidade de agir segundo princípios, ou, pelo menos, existe uma inclinação para estes, sendo a razão dada como faculdade prática que deve exercer influência sobre a vontade, a saber: “Então o seu verdadeiro destino deverá ser produzir uma vontade, não só *boa* quiçá como meio para outra intenção, mas uma vontade, para que a razão era absolutamente necessária” (KANT, 1997, p. 25, grifo do autor).

Kant, ao delimitar a razão prática, afirma que a boa vontade deve estar em consonância com o dever agir do sujeito e se as inclinações do homem não possuírem uma boa vontade, logo não estarão em consonância com o dever agir. Quanto a isso, Kant constata:

[...] conservar cada qual sua vida é um dever, e é além disso uma coisa para que toda a gente tem inclinação imediata. Mas por isso mesmo é que o

cuidado, por vezes ansioso, que a maioria dos homens lhe dedicam não tem nenhum valor intrínseco e a máxima que o exprime nenhum conteúdo moral. Os homens conservam a sua vida *conforme ao dever*, sem dúvida, mas não *por dever*. Em contraposição, quando as contrariedades e o desgosto sem esperança roubam totalmente o gosto de viver; quando o infeliz, com fortaleza de alma, mais enfadado do que desalentado ou abatido, deseja a morte, e conserva contudo a vida sem a amar, não por inclinação ou medo, mas *por dever*, então a sua máxima tem um conteúdo moral. (KANT, 1997, p. 27, grifo do autor).

Kant, ao analisar a defesa da vida, certifica-se de que as ações praticadas de acordo com o dever e por dever são difíceis de serem distinguidas. No entanto, só as ações praticadas por dever são consideradas moralmente, isto significa que só o agir por dever se constitui em uma ação moral.

Ao tratar sobre o conceito de vontade e de boa vontade, Kant busca compreender a fundamentação da ideia de liberdade como um conceito universal, no qual se faz necessário a crítica da razão, porque é esta que faz a tarefa de voltar para si própria e encontrar um princípio que satisfaça o seu interesse pela liberdade.

No entanto, a liberdade – para ser entendida como boa vontade – precisa ser fundamentada pela superação da menoridade da razão, ou seja, pela autonomia. Assim, para se entender a formação da consciência moral em Kant, é necessário além de refletir sobre a liberdade, compreender como o homem se torna esclarecido.

2 A autonomia: superação da menoridade da razão

A autonomia, para Kant, está ligada à capacidade que o homem tem de se tornar esclarecido, aprendendo a guiar sua vontade através do uso da razão. Muitas vezes, no âmbito da razão prática, o sujeito pode se enganar ao pensar que está agindo com liberdade, quando na verdade está deixando de cumprir o seu dever.

Sobre isso, Kant expressa de maneira coerente o conceito de esclarecimento no seu escrito *Resposta* (1783), afirmando o seguinte:

Esclarecimento [Aufklärung] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de coragem de *servir-se de si mesmo* sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [Aufklärung]. (KANT, 1985, p. 100, grifo do autor).

O ser humano possuidor de liberdade deve buscar ao longo de sua vida sair da obscuridade e alcançar as luzes, o esclarecimento, chegando gradativamente à maioridade. No caminho do esclarecimento, o homem é o principal culpado do seu estado de menoridade ou de maioridade, principalmente, quando não é a falta de entendimento que o faz não decidir, mas a falta de coragem de se servir do próprio conhecimento para deliberar.

Na busca do entendimento, o *Sapere aude!*³ é um dos elementos essenciais para o homem que busca a sua autonomia. O sujeito, assim, é o próprio construtor de si, porque ele é capaz de conhecer e desenvolver o saber, utilizando-se do seu discernimento racional para se libertar das pessoas que possam querer pensar por ele. Portanto, o grande responsável pelo dever ou não dever é o próprio homem.

Ainda no opúsculo *Resposta*, duas causas principais da permanência do sujeito na menoridade são refletidas, a saber: a preguiça e a covardia. Sobre ambas Kant assegura: “Tenho um livro que faz às vezes meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decide a respeito de minha dieta, etc., então não preciso esforçar-me eu mesmo” (KANT, 1985, p. 100).

O homem livre e autônomo não permite que a preguiça e a covardia tomem conta do seu dever agir. O sujeito que alcançou o estado de maioridade não se compraz em permanecer por toda a sua vida no estado de menoridade, porque durante sua existência ele vai buscando formar sua própria consciência. Entretanto, existem casos em que alguns homens mesmo libertos pela natureza de toda a tutela alheia, sentem-se satisfeitos em permanecer no estado de menoridade.

O esclarecimento exige a liberdade ordenada pela boa vontade e pela razão. Um indivíduo que afirma ter liberdade e decide deixar o outro fazer a escolha por si, não será autônomo, porque dependerá de outrem. A liberdade orientada pela razão possui nesse processo um papel fundamental. Kant, propõe a seguinte reflexão sobre isso:

Em toda a parte só se vê limitação da liberdade. Mas que limitação constitui obstáculo para o esclarecimento, e qual não constitui ou lhe é favorável? Respondo: o uso público de nossa razão deve a todo momento ser livre, e somente ele pode difundir o Esclarecimento entre os homens; o uso privado da razão, por sua vez, deve com bastante freqüência ser estreitamente limitado, sem que isso constitua um entrave particular o progresso do Esclarecimento. (KANT, 1985, p. 103).

³ Tradução para a língua portuguesa: Ouse saber!

Para Kant, o esclarecimento será limitado pela própria razão. Com a ideia de uso público livre da razão ele apresenta uma liberdade universal na qual o esclarecimento do homem e o seu dever moral estão intimamente interligados. O uso privado não é algo ruim, mas deve ser limitado de acordo com a máxima que o fundamenta.

Um exemplo para esclarecer o uso público e privado é a prática de não buzinar nas proximidades de um hospital. O sujeito até pode buzinar se ele quiser, mas ele se percebe diante dessa situação impossibilitado de praticar tal ação por causa do dever que, o faz compreender que naquele espaço as pessoas precisam ser respeitadas. Ao agir desta maneira o sujeito se coloca no lugar do outro, pois ele poderia estar hospitalizado. No entanto, se o sujeito não buzinar porque tem medo de ser multado ou por achar que alguém precisa perceber nele o valor do respeito, logo, este estará sendo egoísta e não agirá por dever.

Dessa forma, Kant caminha para o esclarecimento da consciência moral fundamentada em um dever moral prático que é sustentado pela autonomia e pela liberdade do ser humano. Kant assegura esta sustentação ao destacar que:

Como ser racional e, portanto, pertencente ao mundo inteligível, o homem não pode pensar nunca a causalidade da sua própria vontade senão sob a idéia da liberdade, pois que a independência das causas determinantes do mundo sensível (independência que a razão tem sempre de atribuir-se) é liberdade. Ora à ideia da liberdade está inseparavelmente ligado o conceito de *autonomia*, e a este o princípio universal da moralidade, o qual na ideia está na base de todas as ações de seres *racionais* como a lei natural está em todos os fenômenos. (Kant, 1997, p. 102, grifo do autor).

O homem pertence ao mundo inteligível e chama de vontade a sua causalidade que também pertence a este mundo. Ele tem consciência de estar no mundo sensível, onde as suas ações são meros fenômenos de uma causalidade. Com isso, o ser humano pertence, concomitantemente, ao mundo inteligível e ao mundo sensível. É a partir dessa percepção que o homem vai construir a sua consciência moral e compreender o dever moral que está inscrito na lei máxima: “Age de tal modo que a máxima de tua vontade possa valer sempre como princípio de uma legislação universal” (KANT, 2011, p. 44).

Para Kant pensar na identidade humana significa pensar na consciência moral que é diferente de ação moral. Entretanto, para se chegar à consciência moral, o homem necessita compreender a liberdade, o esclarecimento e a lei moral. Por isso, ao se tornar esclarecido e livre, o homem consegue, conseqüentemente, ao longo de sua existência

compreender as máximas que iluminam sua vida. Estas para serem consideradas máximas universais, devem ser entendidas pelo sujeito na forma de *imperativo categórico* para, posteriormente, refletir e chegar à consciência moral.

3 A identidade humana entendida a partir da consciência moral em Kant

O dever moral em Kant pretende demonstrar que a liberdade e a autonomia impulsionam o ser humano para a ação moral. Nesse sentido, o filósofo apresenta uma ética deontológica⁴, na qual existe a lei do dever que está impressa no coração do homem e que deve necessariamente conduzi-lo ao agir moral. Essa ética tem o valor moral na máxima que a determina, por esse motivo o valor moral não reside na ação, mas na representação da lei em si mesma, que se realiza somente no ser racional. Nesse sentido, sair do estado de menoridade e alcançar o estado de maioridade da razão significa aprender a se deixar, paulatinamente, guiar pela lei moral com liberdade.

Kant constata isso ao ressaltar:

[...] quando nos pensamos livres, nos transpomos para o mundo inteligível como seus membros e reconhecemos a autonomia da vontade juntamente com a sua consequência – a moralidade; mas quando nos pensamos como obrigados, consideramo-nos como pertencentes ao mundo sensível e contudo ao mesmo tempo também ao mundo inteligível. (KANT, 1997, p. 103).

Ao analisar as dimensões do mundo sensível e inteligível se entende que, para Kant, existe a autonomia da vontade que é o princípio supremo da moralidade. No processo do esclarecimento, a liberdade e a autonomia da vontade constituem as máximas fundamentais para a formação da identidade humana, porque se tornam ações livres de todas as influências de motivos contingentes adquiridos pela experiência, isto é, *a priori*.

Consequentemente, a autonomia da vontade é a propriedade da razão que é para si mesma sua lei. Diante disso, percebe-se que a crítica de Kant busca tirar da causa da ação qualquer relação com o sensível. O filósofo alemão deseja verificar a possibilidade de universalização de uma determinada regra moral, para isso, estabelece dois tipos de imperativos, a saber: o categórico e o hipotético, os quais são importantes

⁴ O termo *deontology* deriva do grego *déon/déon* (dever) e *logos/ λόγος* (ciência). Em geral, entende-se por ética deontológica uma ética que afirma que certos atos são moralmente obrigatórios ou proibidos, sem levar em conta suas consequências no mundo (SPERBER, 2003, p. 407).

para a fundamentação da consciência moral, ou em outras palavras, para a formação da identidade do homem.

Para refletir sobre consciência moral em Kant, em outras palavras, para analisar a construção da identidade humana, é preciso conceituar os imperativos. Na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant constata que:

A representação de um princípio objetivo, enquanto obrigante para uma vontade, chama-se um mandamento (da razão), e a fórmula do mandamento chama-se *Imperativo*. Todos os imperativos se exprimem pelo verbo *dever* (*sollen*), e mostram assim a relação de uma lei objectiva da razão para uma vontade que segundo a sua constituição subjectiva não é por ela necessariamente determinada (uma obrigação). Eles dizem que seria bom praticar ou deixar de praticar qualquer coisa, mas dizem-no a uma vontade que nem sempre faz qualquer coisa só porque lhe é representado que seria bom fazê-la. Praticamente *bom* é porém aquilo que determina a vontade por meio de representações da razão, por conseguinte não por causas subjectivas, mas objectivas, quer dizer por princípios que são válidos para todo o ser racional como tal. (KANT, 1997, p. 48, grifo do autor).

Kant categoriza o imperativo como o modelo do mandamento que subjuga a ação por meio da vontade. Entender o imperativo dessa forma significa perceber que uma ação por dever não está fundada na consequência ou no objeto do querer, mas no princípio formal e racional que a determina. O dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei.

O filósofo alemão divide os imperativos em hipotéticos e categórico, afirmando que:

Ora, todos os *imperativos* ordenam ou *hipotética* ou *categoricamente*. Os hipotéticos representam a necessidade prática de uma acção possível como meio de alcançar qualquer outra coisa que se quer (ou que é possível que se queira). O imperativo categórico seria aquele que nos representasse uma acção como objectivamente necessária por si mesma, sem relação com qualquer outra finalidade. (KANT, 1997, p. 50, grifo do autor).

Os imperativos hipotéticos representam uma determinada ação como meio para alcançar um fim qualquer. Tais imperativos sendo utilizados como meio não podem ser considerados como máximas universais, porque dependem das consequências do ato e do contexto em que são utilizados. Já no imperativo categórico, a ação se fundamenta na própria razão, ou seja, a ação é objetivamente necessária por si, independentemente de qualquer intenção, quer dizer sem qualquer outra finalidade. Esse imperativo faz com que o homem proceda sempre da maneira que ele possa querer também que a sua máxima se torne uma lei universal. No que se refere a esses imperativos, Kant verifica:

Quando penso um imperativo *hipotético* em geral, não sei de antemão o que ele poderá conter. Só o saberei quando a condição me seja dada. Mas se pensar um imperativo *categórico*, então sei imediatamente o que é que ele contém. Porque, não contendo o imperativo, além da lei, senão a necessidade da máxima que manda conformar-se com esta lei, e não contendo a lei nenhuma condição que a limite, nada mais nos resta senão a universalidade de uma lei em geral. (KANT, 1997, p. 58, grifos do autor).

Os imperativos hipotéticos e o imperativo categórico distinguem as ações praticadas pelos homens, porque uma ação somente será considerada moral se for livre, e esta só pode ser livre se a própria razão mostrar para o homem esta realidade.

A partir do momento em que o homem entende sua liberdade, sua autonomia e o seu agir moral, através dos imperativos, chega-se a sua consciência moral. Partindo desta, é possível perceber como a identidade humana é construída. Dessa forma, todos os conceitos e elementos refletidos neste artigo servem de base para elucidar um dos aspectos relevantes da filosofia prática de Kant e se trata do conceito de consciência moral, em alemão, o termo é denominado *Gewissen*. Segundo Joachim Ritter⁵:

Gewissen (do alto alemão antigo *gewizzani*) é uma tradução de apoio para o termo latino *conscientia*, introduzido por Notker (*Teutonicus*) mediante uma glosa do Salmo 68, 20, cujo significado, por sua vez, foi essencialmente determinado pelo termo grego *συνείδηση*, “saber comum”, porém referido apenas ao próprio comportamento, isto é, “consciência que acompanha”. (apud GIACOIA, 2012, p. 83).

Na etimologia do verbete alemão *Gewissen* já é perceptível a distinção de agir moral e consciência moral, pois esta diz respeito à dimensão da razão prática, entendida também como a consciência que acompanha o homem, já aquela se refere ao dever moral. Quando o homem tem consciência da distinção entre ambas, ele consegue identificar quem ele é, porque o próprio sujeito através da razão prática saberá que tem o dever sobre si e, assim, reconhecer estes deveres. Neste ponto, Giacoia afirma que:

Nos termos da filosofia de Kant, *consciência moral* adquire um estatuto conceitual, não como dever a que uma pessoa está obrigada, mas como dimensão particularmente relevante da razão prática. A consciência moral é o plano de interioridade de um sentimento de tipo especial, que se manifesta na forma da aprovação ou reprovação que necessariamente experimentamos como resultado de nossas intenções e ações. Consciência moral é *saber-com*, uma *consciência de*, que nos acompanha em todas as ocasiões importantes de nossa existência. (GIACOIA, 2012, p. 85, grifo do autor).

⁵ RITTER, Joachim; GRUNDER, Karlfried; GABRIEL, Gottfried (org). *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Basel: Schwabe Verlag, 2001, v. 3, verbete *Gewissen*. p. 574-576.

A consciência moral por se tratar de um saber íntimo, em outras palavras, um saber subjetivo não pode se confundir com os imperativos categóricos, pois através do saber íntimo orientado pela razão se compreende a licitude ou ilicitude das intenções e ações dos homens. Esta consciência ligada com a razão prática permite ao homem julgar os seus atos. Este julgamento está ligado à lei moral, ao dever e à lei que o prescreve.

Finalmente, compreende-se que o homem vai construindo sua identidade, sua consciência moral na medida em que ele mesmo vai entendendo sua liberdade fundamentada em uma boa vontade. Por conseguinte, deverá se esclarecer para se tornar autônomo, alcançando a autonomia da vontade e praticando o dever moral na ação. Os seres humanos ao obterem uma consciência moral que os acompanhará em todos os momentos de sua vida terão a possibilidade de uma identidade mais clara, pois estarão esclarecidos com relação às intenções e à razão prática.

Considerações finais

Através do estudo realizado neste artigo, é possível perceber que a construção da identidade do homem em Kant só pode ser refletida a partir do entendimento da consciência moral. No entanto, para que ocorresse este entendimento foi extremamente importante e necessário estabelecer um caminho de pesquisa, no qual fosse abordado os conceitos de liberdade, de autonomia, de agir moral baseado nos imperativos hipotéticos e no imperativo categórico para, posteriormente, conceituar-se a consciência moral.

O método seguido demonstra que a possibilidade de uma reflexão em Kant na formação da identidade humana parte do princípio da liberdade, que não deve ser pensado como um agir desregrado, mas como um agir racional. Afinal, só o ser humano tem a capacidade de raciocinar e entender que a vontade está ligada ao seu querer, porém esta vontade não é perfeita, porque a razão pura é limitada pela sensibilidade. Por isso a vontade precisa ser modelada através da razão para se tornar uma boa vontade, conseqüentemente, refletindo no agir moral.

A autonomia está ligada à capacidade de o homem construir, conhecer e desenvolver o saber, pois praticando estas ações ele é capaz de sair do seu estado de menoridade da razão. Dessa forma, o sujeito autônomo passa a ter consciência da liberdade, ordenada pela boa vontade e pela razão prática. Neste caminho de esclarecimento, o homem é o principal culpado do seu estado de menoridade ou de maioridade. Sendo assim, é essencial para o homem o *Sapere aude*, porque utilizando-

se da razão ele será capaz de conhecer e desenvolver o saber, para se libertar das pessoas que possam querer pensar por ele. No entanto, segundo Kant existem duas causas principais nas quais o homem pode ser esclarecido, mas este escolhe permanecer na menoridade da razão, a saber: a preguiça e a covardia.

O ser humano é impulsionado pela liberdade e pela autonomia para a ação moral. Esta, por sua vez, está ligada com os imperativos hipotéticos e o imperativo categórico que subjugarão as ações. Ambos vão indicar se a ação está fundamentada no princípio formal e racional que a determina, ou seja, indicará o valor moral da máxima. Por esse motivo, a moralidade não reside na ação, mas na representação da lei em si mesma, que se realiza somente no ser racional. Portanto, o grande responsável pelo dever ou não dever é o próprio homem.

E, por fim, entende-se que a consciência moral, por se tratar de um saber íntimo do homem, possibilitará com que ele julgue a licitude e a ilicitude de suas intenções e de suas ações. Porque, a capacidade de julgamento está ligada à lei moral, ao dever e à lei que o prescreve. A consciência moral, sendo assim, está interligada com a concepção subjetiva que o homem tem de liberdade, de autonomia e de dever e agir moral, pois a forma como ele entender esses princípios refletirá, diretamente, na sua identidade e na forma como ele vê a si mesmo e ao outro.

Referências

CAYGILL, Howard. **Dicionário Kant**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000. (Dicionários Filosóficos).

GIACOIA, Oswaldo. **Nietzsche x Kant: uma disputa permanente a respeito de Liberdade, autonomia e dever**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Ed. 70, 1997. (Textos Filosóficos).

_____. **Crítica da razão prática**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

_____. **Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?** In: _____. 2. ed. Petrópolis: 1985. p 100-117. (Textos seletos).

SPERBER, Monique Canto. **Dicionário de ética e filosofia moral**. v. I. Vale do Rio dos Sinos: Unisinos, 2003.